



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Leonardo Pessini Cechin

A política do Brasil para o Prata:
da formação dos Estados à guerra contra Rosas

Florianópolis
2026

Leonardo Pessini Cechin

A política do Brasil para o Prata:
da formação dos Estados à guerra contra Rosas

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado e Licenciado em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2026

Cechin, Leonardo Pessini

A política do Brasil para o Prata : da formação dos Estados à guerra contra Rosas / Leonardo Pessini Cechin ; orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2026.

48 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. História. 2. História do Brasil. 3. Bacia do Prata. 4. Guerra Grande. I. Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Paulo Pinheiro Machado, Orientador e Presidente, pelo Professor Ânderson Marcelo Schmitt, Titular da Banca, e pelo Professor Henrique Espada Lima Filho, Suplente, designados pela Portaria nº 2/2026/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Leonardo Pessini Cechin**, subordinado ao título: **"A política do Brasil para o Prata: da formação dos Estados à guerra contra Rosas"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Paulo Pinheiro Machado a nota final 8, do Professor Ânderson Marcelo Schmitt a nota final 8, sendo aprovado com a nota final 8. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia trinta de janeiro de dois mil e vinte e seis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Pinheiro Machado



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado

Data: 23/01/2026 10:12:48-0300

CPF: ***.676.840-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Ânderson Marcelo Schmitt



Documento assinado digitalmente

ANDERSON MARCELO SCHMITT

Data: 23/01/2026 10:22:37-0300

CPF: ***.883.400-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Leonardo Pessini Cechin



Documento assinado digitalmente

Leonardo Pessini Cechin

Data: 23/01/2026 10:18:52-0300

CPF: ***.597.450-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Declaração:

Declaro, para os devidos fins, que o acadêmico **Leonardo Pessini Cechin** realizou os ajustes recomendados pela banca examinadora em sua versão final da Monografia de TCC intitulada “**A política do Brasil para o Prata: da formação dos Estados à Guerra contra Rosas**”.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2026.



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado

Data: 23/01/2026 13:13:00-0300

CPF: ***.676.840-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Paulo Pinheiro Machado – Orientador
Departamento de História – CFH-UFSC
paulo.pinheiro.machado@ufsc.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por apresentar o caminho da perseverança em momentos de adversidade, e à minha namorada, Gabriela, cujo suporte, amor e carinho incondicionais tornaram possível a conclusão desta etapa de minha vida.

RESUMO

O presente trabalho analisa a política do Brasil para a região da Bacia do Prata ao longo do século XIX, com ênfase no período que culmina na intervenção brasileira contra Juan Manuel de Rosas. Parte-se de uma perspectiva de longa duração, que remonta às dinâmicas econômicas, sociais e territoriais do período colonial. O trabalho tem como objetivo demonstrar como a formação de um espaço econômico regional estruturado inicialmente pela circulação da prata e, posteriormente, pelos produtos derivados do gado, condicionou as formas de ocupação, as relações sociais e os projetos políticos desenvolvidos no Prata. Adota-se uma abordagem que articula a análise cronológica dos acontecimentos políticos e militares com a interpretação das transformações econômicas e sociais da região, a partir da análise de fontes primárias, apoiada em bibliografia especializada. Discute-se o papel da fronteira como espaço de circulação; a consolidação da propriedade pecuarista, o caudilhismo e a fragmentação das soberanias após as independências, bem como a centralidade do controle da navegação fluvial e das alfândegas na organização do poder regional. A política externa brasileira foi progressivamente reorientada em função da instabilidade platina, da ameaça à integridade territorial e da necessidade de assegurar a livre navegação dos rios interiores. Conclui-se que a intervenção brasileira no Uruguai e a guerra contra Rosas constituíram a etapa de um processo histórico marcado pela permanência de estruturas coloniais, pela interdependência econômica regional e pela inserção do Prata no sistema internacional do século XIX.

Palavras-chave: História do Brasil; Bacia do Prata; Guerra Grande.

ABSTRACT

This paper analyzes Brazil's policy toward the Río de la Plata Basin throughout the nineteenth century, with emphasis on the period culminating in the Brazilian intervention against Juan Manuel de Rosas. It adopts a long term perspective, tracing back to the economic, social, and territorial dynamics of the colonial period. The study aims to demonstrate how the formation of a regional economic space, initially structured by the circulation of silver and later by cattle derived products, conditioned patterns of settlement, social relations, and political projects developed in the Río de la Plata region. The approach combines a chronological analysis of political and military events with an interpretation of the region's economic and social transformations, based on the analysis of primary sources, supported by specialized bibliography. It discusses the role of the frontier as a space of circulation, the consolidation of pastoral landownership, caudillismo, and the fragmentation of sovereignties after independence, as well as the centrality of control over river navigation and customs houses in the organization of regional power. Brazilian foreign policy was progressively reoriented in response to Platine instability, threats to territorial integrity, and the need to ensure free navigation of inland rivers. It concludes that Brazilian intervention in Uruguay and the war against Rosas represented a stage of a historical process marked by the persistence of colonial structures, regional economic interdependence, and the incorporation of the Río de la Plata into the nineteenth century international system.

Keywords: History of Brazil; Río de la Plata Basin; Uruguayan Civil War.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO	12
2.1 A INSERÇÃO DO PRATA NO ANTIGO SISTEMA COLONIAL	12
2.2 FRONTEIRA, ECONOMIA E SOCIEDADE NO PRATA DO SÉCULO XIX	19
2.3 A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA BANDA ORIENTAL E A GUERRA DA CISPLATINA	25
2.4 AS PRESSÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NO PRATA: A ASCENSÃO DE ROSAS, A REVOLTA FARROUPILHA E A GUERRA CIVIL NO URUGUAI	36
3 CONCLUSÃO	39
3.1 A INTERVENÇÃO BRASILEIRA CONTRA ORIBE E ROSAS	39
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A historiografia sobre a política brasileira para a região do Prata no século XIX não esteve imune aos debates internos da disciplina e ao tempo histórico em que se desenvolveu. Por muito tempo predominou nesta área a interpretação da chamada corrente revisionista, cujos expoentes foram o argentino León Pomer (*La Guerra del Paraguay: estado, política y negocios*, 1987) e o brasileiro Júlio José Chiavenato (*Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, 1979), que destacaram a predominância dos interesses ingleses nas tomadas de decisão do governo brasileiro, sobretudo em relação ao conflito contra o Paraguai, entre 1864 e 1870. Esta corrente, marcada pela discussão sobre o imperialismo no campo da esquerda marxista, sobrevalorizou o papel estrangeiro na eclosão da guerra, ressignificando ainda a imagem do ditador paraguaio Solano López como um ícone nacionalista.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, dedicado ao estudo da história política internacional, também se debruçou sobre o tema na obra *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata* (2012), resultado de sua tese de doutorado escrita na segunda metade da década de 1970. Bandeira confere destaque não apenas para a presença britânica na região, mas também francesa e americana. Considera, por exemplo, a criação do Estado Oriental do Uruguai consequência da estratégia de Londres em impedir que Buenos Aires ou o Rio de Janeiro controlassem ambas as margens do estuário do Prata. A extensa gama de fontes primárias consultadas em seu trabalho e o rigor no seu tratamento superam, todavia, possíveis divergências interpretativas com quem nele queira se apoiar.

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, por sua vez, na obra *História da política exterior do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1992, dedicam maior importância aos fatores internos e regionais na explicação dos acontecimentos, rejeitando a tese do Uruguai como Estado-tampão. Seu trabalho considera os homens empossados no governo brasileiro os responsáveis pelas tomadas de decisão, que a despeito das pressões externas existentes, foram traçadas tendo em vista objetivos próprios do Estado brasileiro em formação.

De 2002, *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, de Francisco Doratioto, surge como resposta aos estudos mais ideológicos sobre a política sul americana da segunda metade do século XIX, dando destaque para a análise

documental em detrimento das grandes narrativas, com o objetivo de identificar as dinâmicas particulares que moveram os atores da guerra em questão.

Estudos colaterais também têm enriquecido a área, centrados em aspectos econômicos, sociais e ambientais. Na obra *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*, organizada por Leonardo Marques (2023), o trabalho de Rossana Barragán Romano, *A prata de Potosí e o mundo global das trocas (séculos XVI ao XVIII)*, persegue a trajetória da prata no mercado colonial, demonstrando a conexão precoce da região do Prata com os centros mais desenvolvidos do comércio europeu no período moderno. Os estudos de Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, por sua vez, auxiliam na compreensão da origem histórica das classes sociais que agiram nos conflitos do Prata do século XIX, principalmente no que diz respeito ao militarismo das estâncias e ao surgimento da figura do caudilho. Trabalhos mais recentes como os de Keila Grinberg têm destacado o papel da escravidão e da ação dos escravizados nas disputas políticas de fronteira da região. Por último, mas não menos importante, é preciso frisar o crescimento dos estudos sobre o ambiente no qual os sujeitos fazem a história e sua participação ativa no condicionamento dos eventos, principalmente se tratando da Bacia do Prata e do bioma do pampa, cujas extensas redes fluviais e campos de pastagem foram determinantes nas formas específicas de ocupação do espaço e organização social através do tempo. Neste sentido, o trabalho de Silvia Lilian Ferro, *Aportes da História Ambiental à História Agrária da Bacia do Prata, primeira metade do século XIX* (2020), assim como o de Marcos Gerhardt e Paulo Afonso Zarth, *Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul* (2009), oferecem bons pontos de partida para essa nova perspectiva.

O objetivo deste trabalho foi identificar as estruturas e a evolução dos acontecimentos que determinaram a política do Brasil para a região do Prata na primeira metade do século XIX, que culmina na intervenção contra o líder argentino Juan Manuel de Rosas, na batalha de Monte Caseros, em 1852, marcando a abertura de um período de hegemonia do país sobre a região. Buscou-se compreender as dinâmicas do processo de colonização do sul da América, sua inserção no mercado mundial e as formas específicas de organização social que ali se desenvolveram, compreendendo as continuidades, assim como as rupturas, entre o período colonial e o independente, marcado pelo envolvimento dos interesses das potências industriais em emergência.

Para isso, foram utilizadas algumas fontes primárias, como relatórios de ministérios e atas do Conselho de Estado, interpretadas com apoio de bibliografia especializada sobre o tema. O desenvolvimento do trabalho é cronologicamente orientado, com exceção do item 2.2, que fundamenta conceitualmente a história das relações sociais na região. Desse modo, o item 2.1 trata da inserção do Prata no Antigo Sistema Colonial, descrevendo as dinâmicas e disputas em torno dos projetos de colonização de Espanha e Portugal; o item 2.3, aproximando-se do objeto de análise da pesquisa, versa sobre a intervenção portuguesa na Banda Oriental e a Guerra da Cisplatina, que marca o início da disputa entre o Brasil e Buenos Aires sobre o destino do Prata; o item 2.4 explica introdutoriamente as pressões sobre a política externa brasileira na década de 1830, sendo elas a revolta Farroupilha na província do Rio Grande do Sul, a ascensão de Rosas no governo argentino e a guerra civil no Uruguai; por último, o fechamento do trabalho, no item 3.1, trata da intervenção do Brasil contra Manuel Oribe e Rosas, em 1851 e 1852, seus preparativos e sua consecução.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A INSERÇÃO DO PRATA NO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

Em meados do século XV, a Europa Ocidental e o Oriente mantinham relações estreitas baseadas no comércio de especiarias, perfumes, seda, tecidos de algodão, etc., intermediado pelas cidades mercantis italianas como Veneza e Gênova (Rubin, 2014). A expansão do Império Otomano, coroada com a conquista de Constantinopla em 1453, estimulou a substituição do Mediterrâneo pelo Atlântico como caminho para as Índias, beneficiando os Estados ibéricos que avançavam sobre a costa da África desde a conquista de Ceuta por Portugal em 1415. Expedições portuguesas patrocinadas pelo infante Dom Henrique haviam descoberto os arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, nas décadas de 1420, 1430 e 1460 (Carita, 2016). Em 1488, Bartolomeu Dias contorna a África pela primeira vez ao cruzar o Cabo da Boa Esperança; ao que se seguem os desembarques de Colombo no Caribe e de Cabral no Brasil, em 1492 e 1500.

A magnitude que adquiria o comércio de longo curso pressionava os tesouros europeus na busca por novas fontes de metais preciosos, na medida em que eram o meio de pagamento corrente nas transações internacionais. Portugal já explorava ouro em Serra Leoa e São Jorge da Mina, com permissão de exclusividade concedida pelo Papa em 1482. Nos primeiros anos do século XVI, quando tem origem a Casa da Mina, chegam a Lisboa mais de 400 mil quilos desse metal (Castelao, 2018). A Espanha, que até 1530 havia embarcado aproximadamente 20 mil quilos de ouro obtidos na conquista da América Central, assume o lugar de Portugal na exportação de metais com a conquista do Império Inca e a descoberta das minas de prata no Peru, com destaque absoluto para Potosí, a partir da década de 1540, que será responsável por 57% da produção mundial do metal naquele século e 61% no seguinte (Zagalski, 2018), com a introdução da amalgamação com mercúrio. Da América, a prata era enviada para a Espanha e utilizada na compra de bens manufaturados da Inglaterra e das Províncias Unidas; dos portos ingleses e holandeses chegava ao Báltico, onde era trocada por peles e seguia, pelo rio Volga, até o Cáspio e a Pérsia. Também alcançava a Ásia Central através do Levante e a Índia pelo sul do Atlântico - rota que contornava a África e era mais utilizada pelos navios portugueses (Romano, 2023).

Inconformado com o fato de não haver encontrado ouro e prata no litoral do Brasil, Portugal ultrapassa a demarcação que havia sido estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, adentrando o interior do continente ainda desconhecido em busca de um caminho para o Peru (Bandeira, 2012). Na esteira desse movimento tem início o cultivo da cana-de-açúcar, cuja técnica os portugueses dominavam desde a colonização da Madeira, onde haviam introduzido o sistema de cilindros em substituição às moendas de pedra, aumentando a capacidade de extração (Vieira, 2007) e ganhando competitividade no mercado europeu de açúcar - entre os anos de 1535 e 1551, chegaram ao porto de Antuérpia 342 navios portugueses carregados do gênero (Castelao, 2018).

Antes de iniciar o povoamento do litoral com a criação das Capitânicas Hereditárias, em 1534, Portugal havia estabelecido um sistema de escambo com os indígenas, através de entrepostos comerciais, caracterizado pelo corte e embarcação de pau-brasil. Esse sistema, entretanto, não foi bem sucedido quando os colonos começaram a se estabelecer e demandar força de trabalho em escala mais ampla para cultivar as plantações. A resistência indígena passou a motivar as campanhas militares de captura e escravização (Benard e Schwartz, 1993) conhecidas como bandeiras, que atacavam até mesmo as missões religiosas organizadas pelos padres jesuítas. Em poucos anos, mais de 200 mil indígenas que habitavam o Vale do Tietê haviam sido mortos direta ou indiretamente, levando os bandeirantes a ampliar seu raio de atuação até a Bacia do Rio da Prata (Bandeira, 2012), navegando o rio Paraná e seus afluentes.

Em verdade um estuário onde desaguam os rios Paraná e Uruguai, o Prata era conhecido como a porta dos fundos do Vice-Reinado e oferecia uma saída direta ao Atlântico para os espanhóis, mais curta que a rota de Potosí até Lima e depois ao Panamá (Romano, 2023). A Espanha havia se estabelecido na região com a fundação do forte de Assunção em 1537, nas margens do rio Paraguai, de onde partiu a expedição para refundar a cidade de Buenos Aires em 1580, após a tentativa malograda pela resistência indígena entre 1536 e 1541 (Bandeira, 2012). Naquele mesmo ano, as monarquias ibéricas se uniram sob o governo de Filipe da Espanha, após a morte precoce do rei português D. Sebastião em batalha no norte do Marrocos, flexibilizando o trânsito de pessoas e mercadorias entre um reino e outro (Fradkin e Silveira, 2018), sobretudo no Prata, através do porto de Buenos Aires.

A mineração do Alto Peru fez florescer um espaço econômico regional responsável por abastecer os centros produtores de prata com mercúrio, alimentos, gado, sacas, couro, etc (Pereira, 2023). Como a maioria da população indígena disponível era empregada nas minas, se recorria cada vez mais ao uso da força de trabalho africana, atravessada pelos comerciantes portugueses que se instalavam na região. Esses comerciantes eram cristãos-novos, judeus convertidos ao catolicismo, que migraram para a América evitando embaraços com o Santo Ofício na Península Ibérica e mantinham conexões familiares nos mercados de Londres e Amsterdã (Bandeira, 2012), de onde importavam as manufaturas que assim como os escravos eram trocadas pela prata de Potosí em Buenos Aires.

No Brasil, não apenas a resistência e as fugas, mas as epidemias que devastaram a população indígena nas décadas de 1550 e 1560, forçaram a importação gradual de escravos africanos para atender ao crescimento das lavouras açucareiras (Schwartz, 1988)¹. Portugal monopolizava o mercado atlântico de escravos, e através dos *asientos*, contratos de parceria firmados com a Espanha para essa finalidade, introduziu cerca de 268 mil cativos na América entre 1595 e 1640 (Silva Júnior, 2018).

Esse comércio, entretanto, acontecia legalmente através do Caribe, onde a alfândega garantia a saúde fiscal do tesouro espanhol. O trajeto até Potosí era longo e somado aos impostos, o custo do transporte encarecia não apenas a aquisição de escravos como das mercadorias em geral, estimulando o contrabando pela rota do Prata (Ceballos, 2008), que enriquecia os comerciantes portugueses de Buenos Aires, do Rio de Janeiro e de Angola - em detrimento da praça de Sevilha, de onde a América Espanhola importava suas manufaturas. Observando a situação, em 1594 a Espanha torna ilegal o comércio de Buenos Aires com os portos brasileiros, medida que se mostra incipiente pelo fato de que no ano de 1620 são desembarcados 1.500 escravos africanos do Brasil e, dos 16 navios que atracam o porto da cidade nos primeiros meses de 1621, apenas três possuem autorização legal (Bandeira, 2012).

O contrabando adquiria maior importância para Portugal desde que passara a sofrer as consequências da união política com a Espanha, que enfrentava a rebelião das Províncias Unidas desde 1568. Tomando a união como pretexto para eliminar o monopólio português sobre o mercado africano, as companhias

¹Sobre os impactos biológicos da colonização, ver mais em: CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

holandesas atacam Angola e São Tomé na década de 1640, além do Brasil, primeiro em 1624, depois ocupando a capitania de Pernambuco de 1630 a 1654 (Castelao, 2018). Por esse e outros motivos, como os custos do envolvimento na Guerra dos Trinta Anos na Europa, se desgastou a relação entre Madri e Lisboa, que viu na aclamação de um novo rei a saída para recuperar suas colônias (Pereira, 2023), restaurando sua independência política com a coroação de João IV de Bragança, em 1640.

Como represália pela secessão, a Espanha condena as atividades dos portugueses na América, determinando sua destituição de cargos públicos em Buenos Aires e proibindo o comércio com súditos espanhóis (Bandeira, 2012). Sem acesso ao mercado de escravos, apossado pelos holandeses, Portugal perdeu por algum tempo seu principal meio pelo qual punha as mãos na prata de Potosí, quando cogitou a conquista de Buenos Aires pelas armas. O Conselho Ultramarino tratou da questão e planejou o envio de uma frota do Rio de Janeiro, que iria se somar ao bandeirante Manoel Pires, cuja força de 350 soldados e 1.200 tupis acabou sendo derrotada na batalha do M'Bororé, nas margens do rio Uruguai, por 4 mil guaranis liderados pelo jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, cuja articulação com as autoridades espanholas garantiu o fornecimento de arcabuzes e uma peça de artilharia, com o objetivo de conter o avanço português no Prata (Bandeira, 2012). Em 1653, o governador de Buenos Aires solicita aos padres dos aldeamentos indígenas o envio de 300 destes e madeira para a fortificação da cidade, correspondendo aos temores de que Portugal, em aliança com a Inglaterra, atacasse seu porto (Bandeira, 2012).

O monopólio português na costa da África havia sido eliminado pelo surgimento das companhias inglesas e holandesas, que assumiram o *asiento* do tráfico de escravos para a América Espanhola, assim como a supremacia sobre a rota da Carreira da Índia (Castelao, 2018), traduzindo a decadência da política econômica dos Estados ibéricos, que ao não estimularem a produção manufatureira, viram sua posição na ordem internacional ser enfraquecida em detrimento da emergência do norte europeu (Peña, 2012). É neste contexto que, buscando assegurar sua independência perante a ameaça espanhola, Portugal se associa com a Inglaterra, por meio dos tratados de 1642 e 1654, consolidados pelo casamento da princesa Catarina de Bragança com o rei Carlos II de Stuart, em 1661 (Bandeira, 2012).

Buscando retomar o fluxo da prata de Potosí pelo estuário do Prata, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, é enviado para comandar a construção de uma fortificação na margem oposta a Buenos Aires, em 1680, a qual se chamou Colônia do Santíssimo Sacramento. Apesar do conflito entre os Estados ibéricos, a dinâmica do espaço econômico regional e as necessidades da população que margeava o Prata atraíram Buenos Aires para o mercado Atlântico português e vice-versa (Bandeira, 2012). Em torno das transações por prata e escravos, outras mercadorias como farinha, carne, açúcar, cachaça e manufaturas europeias eram incluídas no trajeto, aproveitando a estrutura de transporte criada para o negócio negreiro e a rede estabelecida na cidade portenha através de casamentos e sociedades comerciais entre espanhóis e portugueses, laços pessoais que serviram para a retomada dos vínculos com a fundação de Sacramento (Pereira, 2023).

A fortificação seria perdida e recuperada por Portugal inúmeras vezes nas décadas seguintes, pois lhe faltavam condições para reforçá-la na dimensão exigida (Ricupero, 2017), num momento em que a guerra na Índia e no golfo de Omã consumiam os recursos do tesouro de João V. Os portugueses apoiaram suas pretensões americanas no crescente poderio inglês, que visando o enfraquecimento de Espanha e França no mercado mundial, deu sustentação diplomática às reivindicações de Portugal nos assuntos do Prata e da Amazônia durante as negociações do Tratado de Utrecht, em 1713 (Bandeira, 2012). A Espanha assumiu o controle definitivo de Sacramento em 1777, negociando sua permuta pela ilha de Santa Catarina, que havia ocupado como retaliação ao ataque português contra o porto de Rio Grande, perdido para os espanhóis durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). O comércio entre os portos se manteve, graças à complementaridade dos interesses bonaerenses e sacramentinos, por trás dos quais seguia operando a praça do Rio de Janeiro (Pereira, 2023).

Estima-se que durante a época do comércio de contrabando no Prata, Portugal chegou a se apossar de 15 a 30% de toda a prata escoada das minas de Potosí no período (Romano, 2023), contribuindo para a erosão da estrutura fiscal espanhola (Bandeira, 2012). Para a Inglaterra, o comércio de Sacramento com Buenos Aires se tornou essencial nos períodos de ruptura das relações com a Espanha, permitindo que seus escravos e manufaturas, principalmente tecidos, fossem inseridos nos mercados do Prata e do Alto Peru por intermédio dos

portugueses. Mesmo a política de Pombal, que estimulou a criação das próprias companhias de comércio, não foi capaz de subverter a crescente dependência econômica de Portugal em relação aos ingleses (Bandeira, 2012). As características do sistema regional e do mercado mundial, entretanto, se transformam em ritmo acelerado a partir da segunda metade do século XVIII.

O processo de industrialização e urbanização pelo qual passou o norte da Europa, em primeiro lugar a Inglaterra, alterou profundamente a antiga relação colonial de controle sobre o fluxo de mercadorias. O crescimento populacional e o estabelecimento de um novo padrão de consumo, próprio das grandes cidades, ampliaram a demanda sobre a produção de alimentos e outros artigos agrícolas, dando novo impulso para a escravidão nas áreas responsáveis por esse abastecimento (Tomich, 2011). De uma perspectiva política, a emergência de novos elementos na vida social como trabalhadores, artesãos, fazendeiros, industriais, grandes e pequenos comerciantes, abalou o absolutismo dos reis, reivindicando uma redistribuição do poder que correspondesse ao peso que já exerciam, de fato, na vida econômica de suas nações (Hobsbawm, 1991). À exceção da precoce guerra civil inglesa, na década de 1640, os eventos de maior impacto nesse sentido foram as revoluções americana e francesa, em 1776 e 1789.

No Prata, a livre navegação havia se tornado imprescindível para Portugal conectar as capitanias mineradoras de Goiás e Mato Grosso com o restante do Brasil através dos rios Paraná e Paraguai. Uma caravana que partisse por terra de Cuiabá até o Rio de Janeiro, além de cruzar montanhas e selvas carregando provisões para 14 ou 15 meses, contava com a possibilidade de um ataque dos indígenas que habitavam no trajeto (Bandeira, 2012). Até a década de 1760, cerca de 600 mil pessoas haviam emigrado de Portugal e das ilhas do Atlântico buscando na região uma oportunidade de enriquecer (Fausto, 2019). Fato é que o surgimento destes núcleos populacionais em torno das minas promoveu a integração, ainda que rudimentar, das áreas povoadas do litoral com o interior do Brasil. Nos campos circunvizinhos da barra do Rio Grande, elevado à capitania em 1760, se desenvolveu a produção de couro e charque, assim como em Sacramento e nos domínios espanhóis de Buenos Aires, Entre Ríos, Corrientes e Santa Fé. O gado e seus artigos derivados se tornaram a principal atividade econômica da área que forma o pampa, superando os metais na pauta de exportação do Prata para a Europa (Bandeira, 2012).

Quando as monarquias europeias formaram a primeira coalizão contra a França revolucionária, as tropas de Espanha e Portugal combateram lado a lado na campanha dos Pirineus por três anos, até que em 1795, o rei espanhol Carlos IV assina com a Convenção francesa o tratado de Basileia, sem o conhecimento e representação de Portugal, encerrando as hostilidades entre Espanha e França, que se tornam aliadas no ano seguinte, pelo tratado de Santo Ildefonso (Hobsbawm, 1991). Para que Portugal se visse em paz com a França, deveria romper com a Inglaterra e lhe proibir o acesso aos seus portos, ao que relutou o regente português D. João, prevendo a retaliação dos ingleses contra suas colônias. Manteve então a neutralidade até a retomada da guerra com a formação da segunda coalizão, quando recusa o ultimato de Carlos IV e Portugal é atacado pela Espanha em 1801, que força a assinatura do tratado de Badajoz. Na América, a fronteira com a França no norte era reduzida ao rio Araguari e a posse sobre a região das missões jesuítas, no Prata, seria conquistada pelos riograndenses que aproveitavam a deflagração dos conflitos na Europa para adentrar a chamada Banda Oriental do rio Uruguai e arrebanhar o gado, as mulas e os cavalos do território espanhol (Bandeira, 2012).

A derrota da frota de Napoleão na batalha do cabo Trafalgar em 1805, ao sul da Espanha, frustrou seu plano de invadir a Inglaterra através do Canal da Mancha. Como alternativa para sufocar a economia inglesa, impôs no ano seguinte o bloqueio continental aos seus navios e mercadorias, proibindo o desembarque nos portos da Europa (Hobsbawm, 1991). Os ingleses retaliaram a Espanha por sua colaboração com a França atacando Buenos Aires, promovida a capital do Vice-Reino do Rio da Prata em 1776, quando já havia ultrapassado Lima em ingressos alfandegários (Brizuela, 2018), se convertendo na possessão espanhola mais importante da América do Sul. Apesar da crescente riqueza da cidade, a ineficácia de suas defesas permitiu que fosse tomada sem maiores dificuldades por uma força de 1.600 soldados ingleses que desembarcaram livremente em Quilmes (Fradkin, 2012). O governador de Buenos Aires, Rafael de Sobremonte, acabou capturado enquanto fugia com toda a arrecadação anual da cidade, cabendo ao francês Santiago de Liniers liderar a formação das milícias e corpos voluntários de Montevideu e da campanha portenha que retomaram Buenos Aires 46 dias depois (Brizuela, 2018). Parte da oligarquia vinculada ao comércio inglês tolerou a ocupação na medida em que William Beresford havia abolido o monopólio espanhol e as tarifas sobre mercadorias inglesas. A população, entretanto, se comoveu com a

hostilidade da força invasora, atendendo ao chamado de Liniers para a defesa contra a segunda investida, um ano depois, desta vez envolvendo mais de 12 mil homens. Nas ruas da cidade, até mesmo as mulheres, não envolvidas diretamente nos combates, jogavam água fervente nos soldados ingleses das janelas de suas casas, simbolizando o ímpeto popular na expulsão dos invasores (Brizuela, 2018).

Em 1807, França e Espanha assinam o tratado de Fontainebleau, que permitia a entrada de tropas francesas em território espanhol para atacar e repartir Portugal. O estacionamento de milhares de soldados em Pamplona e Barcelona aumentou a insatisfação popular contra o rei Carlos IV, cujo governo já era visto com maus olhos pela crise econômica que assolava a Espanha após a perda dos mares e consequentemente do comércio com o Atlântico. No início do ano seguinte, uma revolta em Aranjuez causa a abdicação de Carlos IV em favor de seu filho, Fernando VII, que logo em seguida é forçado por Napoleão a renunciar para que o irmão do imperador francês, José Bonaparte, fosse coroado rei da Espanha e das Índias (Flannery, 2018), provocando a revolta geral da população espanhola e a criação das juntas locais que resistiam em armas contra a presença francesa. Em poucos meses, estes órgãos se reúnem em uma Junta Central, que assumia o poder enquanto Fernando VII não retornasse ao trono. As colônias espanholas deram demonstrações de solidariedade ao monarca exilado, enviando prata e outros recursos para sustentar a guerra contra a França (Flannery, 2018), mas as notícias dos reveses sofridos para o exército de Napoleão e os boatos de que todo o país caía em suas mãos precipitam a formação de uma miríade de governos locais a caminho da independência

Com a deposição do vice-rei Baltazar Cisneros em 1810, o diretório formado em Buenos Aires passa a liderar a iniciativa por um governo constitucional centralizado na antiga capital, de forma a preservar o monopólio fiscal da alfândega portenha sobre as províncias do interior. O desenvolvimento da colonização, entretanto, havia conferido uma dinâmica particular aos conflitos que antes traduziam a rivalidade entre metrópoles (Bandeira, 2012). Regiões como o Paraguai, Entre Ríos, Corrientes, Misiones, Santa Fé e a Banda Oriental não compactuavam com o horizonte oferecido pela assembleia de 1813 e pelo Congresso de Tucumán em 1816. O Paraguai proclama sua independência, e as demais províncias submergem na instabilidade política e social deflagrada pelo movimento de José Artigas, que irá atrair outra vez a atenção de Portugal ao Rio da Prata.

2.2 FRONTEIRA, ECONOMIA E SOCIEDADE NO PRATA DO SÉCULO XIX

A noção política de fronteira, amadurecida com a evolução dos Estados nacionais no período moderno, consiste na garantia da integridade territorial de um Estado, associada ao monopólio da violência legítima e ao controle fiscal e alfandegário. Seu estabelecimento acontece quando as forças vitais (Heinsfeld, 2016) de dois povos entram em contato direto, atuando como ponto de equilíbrio de interesses distintos - podendo evoluir para uma zona de tensão quando a convivência se torna incompatível com as necessidades. A experiência histórica, entretanto, demonstrou como limites legalmente estabelecidos muitas vezes não coincidiram com as práticas sociais, quando a atividade econômica se desenvolveu justamente a partir das brechas e poros desses espaços (Heinsfeld, 2016).

Os rios como o Iguaçu, o Paraná e o Uruguai foram utilizados pelas bandeiras portuguesas durante os séculos XVI e XVII para acessar o interior do sul da América em busca da prata de Potosí, atraída ao estuário do Prata através de afluentes como o Pilcomayo e o Bermejo pelos espanhóis que almejavam uma rota mais curta para o Atlântico, contornando a pesada carga de impostos de Lima e do Caribe. Assim surgiram os núcleos populacionais de Assunção em 1537, de Buenos Aires em 1580 e de Sacramento em 1680 (Bandeira, 2012). Desse modo, os traços hidrográficos da Bacia do Prata inseriram o elemento natural como agente ativo no processo histórico de ocupação da região (Ferro, 2020), constituindo uma extensa rede de intercâmbio de produtos, ideias e costumes que, seguindo o curso das águas, não se detinham nos limites estabelecidos pelos tratados.

Ainda que se saiba da existência de um circuito comercial para além da pecuária na região, ligado ao cultivo de alimentos para o abastecimento local das cidades - como o trigo (Garavaglia e Gelman, 1995), o dinamismo dos produtos derivados do gado no mercado internacional foi responsável por ordenar as relações políticas e sociais na porção do Prata que compreende as regiões de Buenos Aires, Entre Ríos, Corrientes, Misiones, Santa Fé, da Banda Oriental e do sul da capitania do Rio Grande de São Pedro, que juntas compõem o bioma do pampa.

As missões jesuítas que se estabeleceram através do Prata no primeiro século de colonização foram responsáveis pela introdução do gado europeu na região, que se disseminou por toda a área do pampa após a destruição dos

aldeamentos pelos ataques portugueses. Em 1632, por exemplo, o abandono de 500 reses da missão de Santa Tereza resultou na reprodução de milhares de animais selvagens que formaram a vacaria dos Pinhais (Gerhardt e Zarth, 2009), entre outras decorrentes do mesmo processo de desarticulação, como a vacaria do Mar entre o sul da capitania do Rio Grande de São Pedro e o norte da Banda Oriental. Estudos paleontológicos sugerem que o ecossistema do pampa possivelmente se constituiu em contato com animais pastadores primitivos, semelhantes ao burro e ao cavalo, que pastavam nas planícies da região há cerca de 14 mil anos. A escassez das fontes dificulta a medição precisa, mas estima-se que no início do século XIX, apenas a porção luso-brasileira do rebanho vacum atingia a marca de 5 milhões de cabeças. Mesmo povos não aldeados nativos da região assimilaram a criação de animais ao seu modo de vida, como os Charrua, que se tornaram exímios domadores e montadores de cavalos (Gerhardt e Zarth, 2009).

O gado criado nas missões era compreendido pelos padres e nativos como um bem não-econômico, ou seja, não comercializado, mas voltado para o consumo direto daquela comunidade (Santos, 2009). Assim o era também para os incursores das primeiras bandeiras portuguesas, que abatiam algumas reses para proveito próprio e deixavam as carcaças para trás quando seguiam viagem em busca de metais e força de trabalho indígena. É a partir do século XVIII que a demanda por sebo e couro, antes do charque, irá converter o gado e seus derivados em um bem de valor comercial (Guazzelli, 2016).

A partir da década de 1760, uma série de inovações para a mecanização do trabalho, em primeiro lugar na tecelagem, subverteram a capacidade de produção de bens manufaturados na Inglaterra (Hobsbawm, 2007). Os motores movidos a água e depois a vapor dependiam de correias resistentes e flexíveis para transmitir a energia através de sistemas de eixos e polias, e a estreita relação comercial do Império Britânico com a região do Prata estimulou a prática do abate para a extração do couro, de Buenos Aires ao sul do Brasil.

Como registrado pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) em sua viagem ao sul do Brasil e à então província Cisplatina, era comum que os rebanhos fossem criados soltos no pasto, apenas acostumando os animais ao comando dos homens, que os reuniam a cada tempo determinado para marcação e controle (2002). Porém, não tardou para que a postura predatória sobre

as vacarias selvagens desse origem a leis de restrição sobre o direito de abate. Em 1713, antes mesmo do surto industrial britânico e da explosão da demanda por couro, o governo de Buenos Aires já ordenava a realização de um censo para registrar os rebanhos de sua campanha, com o objetivo de coibir a comercialização de animais sem marcação de proprietários legítimos (Barba, 1997). O roubo de gado se tornou matéria de queixa corrente para as autoridades coloniais, e a concessão de títulos de posse surgiu como resposta para este e diversos outros problemas de ordem estratégica para espanhóis e portugueses. A evolução do regime de propriedade através de um longo processo histórico de expropriação dos meios de subsistência da vida no campo resultaria em uma população livre sem ocupação ou fonte de renda, os pejorativamente chamados de gaúchos, ou vagos (Guazzelli, 2016).

A apropriação particular da terra pelos criadores de gado se alinhou aos interesses dos governos ibéricos, para os quais a ocupação das áreas de fronteira, praticamente despovoadas, fortalecia suas pretensões territoriais. A grande propriedade pecuarista, que vem a se chamar de estância (cuja etimologia significa aquilo que permanece parado), constituiria, desse modo, verdadeiros fortes avançados de controle e monitoramento das ações inimigas. Como retribuição aos títulos de propriedade, os estancieiros, eventualmente empossados de patentes militares, vão cumprir papel de destaque em lugar das forças oficiais, dadas as dificuldades de recrutamento e mobilização de tropas na região, não apenas pela escassez populacional, mas também pela precariedade logística.

A função militar estratégica da estância se faz notar por sua rotina e afazeres cotidianos, que remontam um sistema de aquartelamento. Os dormitórios em áreas comuns, as refeições coletivas e as tarefas que em grande parte requeriam habilidade na montaria e nas armas compõem o binômio do peão-soldado (Guazzelli, 2016). Sem cercas e com limites pouco precisos, as propriedades precisavam de vigilância constante, e tanto as rondas noturnas como as expedições diurnas em busca de reses extraviadas eram tarefas dos mesmos peões responsáveis pela marcação e pela castração, as únicas inovações técnicas introduzidas na criação até aquele momento (Guazzelli, 2016). Não havia, nesse sentido, distinção entre a peonada da estância e a milícia do estancieiro, não só pela semelhança dos afazeres, mas por serem os próprios peões invocados a pegar em armas quando preciso. Com um verdadeiro exército particular à disposição e o

envolvimento constante nas disputas políticas regionais surge outro binômio, o estancieiro-caudilho.

A relação de trabalho entre peão e estancieiro era formalmente livre na medida em que havia remuneração, mas ocultava particularidades tipicamente pré-capitalistas, como o pagamento em espécie ou a concessão de moradia e alimento. Como o salário é insuficiente para garantir a reprodução do peão, o estancieiro lhe permite o uso de suas instalações sem custo aparente, encobrendo, entretanto, uma cobrança pela renda da terra que é diretamente subtraída do salário (Guazzelli, 2016). Na relação com os puesteros, que recebiam uma porção de terra, geralmente nos limites da propriedade, para cultivar alimentos e criar alguns animais em troca da vigilância contra invasores, essa condição era ainda mais marcante, pois interessava mais ao peão que o próprio salário, na expectativa de se converter em um futuro proprietário assim como seu estancieiro (Guazzelli, 2016).

Eram os grandes comerciantes, todavia, o principal grupo dominante dentro do espaço platino. Os estancieiros, como produtores mercantis, dependiam dos agentes do monopólio comercial no período colonial. Como não havia possibilidade de comparar o valor da produção entre os diferentes criadores de gado, eram os comerciantes que estabeleciam o preço de compra do gado e derivados, além das mercadorias que abasteciam as propriedades rurais. Além disso, operavam como financiadores da atividade produtiva, sendo os únicos agentes econômicos com dinheiro à disposição (Guazzelli, 2016). Essa relação econômica desigual, nas palavras de Guazzelli (2016), constituiu então um “intercâmbio não equivalente” entre o campo e a cidade, o que favoreceu a subsunção dos peões aos projetos políticos de seus chefes, apoiados em elementos culturais comuns da vida rural.

O peão da estância havia herdado do gaúcho livre as habilidades de montaria e manuseio de armas brancas, os hábitos de vestimenta e alimentação, o linguajar e os costumes. A permanência do simbolismo ocultava, entretanto, a apropriação dos bens de produção. As condições precárias das estâncias e a presença dos chefes nas tarefas campeiras cotidianas insinuavam ao peão uma condição de igualdade traduzida na imagem abstrata do gaúcho como o homem do campo montado a cavalo. Para o peão, a estância significava proteção contra o serviço militar compulsório do Estado, cuja punição mais comum no período era o envio para as fortificações de fronteira indígena, nas quais os soldados viviam em más condições e sujeitos ao prolongamento indeterminado do serviço. Dessa forma,

o estabelecimento de uma relação de trabalho formal com um estancieiro, através da “*papeleta de conchabado*”, era o meio encontrado de se assegurar contra a arbitrariedade institucional (Guazzelli, 2016).

A contradição econômica entre os dois grupos dominantes do espaço platino irá se manifestar politicamente com o fim do sistema colonial e o surgimento do projeto de centralização do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, proposto por Buenos Aires. As províncias não irão se perceber como partes de uma nação argentina, mas como comunidades políticas dotadas de legitimidade própria, herdeiras da jurisdição colonial e articuladas em torno dos interesses da economia pastoril regional (Chiaramonte, 2004). Os caudilhos serão os responsáveis por garantir a organização social e os processos produtivos, concentrando a autoridade política e militar do seu território, exercendo funções típicas do Estado como a segurança, arbitragem de conflitos, mobilização de tropas e até mesmo negociações diplomáticas.² Até a década de 1830, estas províncias pretendiam a formação de uma Confederação, e não de um Estado federal, considerando a si próprias como Estados independentes e soberanos. A organização da Confederação Argentina, a partir da assinatura do Pacto Federal de 1831 entre Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fé, foi levada a cabo por agentes diplomáticos independentes entre si, subordinados apenas às suas respectivas autoridades regionais (Chiaramonte, 1993).

A militarização da região, intensificada entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, colocou o problema do recrutamento militar no centro das preocupações dos Estados e autoridades provinciais que disputavam o controle da fronteira meridional. As guerras externas e os conflitos internos associados à crise do sistema colonial e à formação dos Estados nacionais expuseram as limitações estruturais dos exércitos regulares, obrigando governos a recorrerem a mecanismos heterogêneos de mobilização, como milícias locais, ordenanças e corpos auxiliares, profundamente enraizados nas relações sociais da fronteira. No Prata, o recrutamento não se deu de forma plenamente institucionalizada, mas refletiu as especificidades de uma sociedade espacialmente dispersa, marcada pela grande propriedade rural, pela mobilidade da população e pela sobreposição entre atividades produtivas e funções militares (Schmitt, 2021).

²Sobre caudilhismo, ver mais em: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (orgs.). **Caudilismos rioplatenses**: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

A dificuldade em manter contingentes permanentes, a resistência ao recrutamento compulsório e a dependência de lideranças locais demonstraram como a capacidade bélica dos Estados esteve condicionada às dinâmicas sociais do campo e à lógica da fronteira, onde a guerra se confundia com o cotidiano e a defesa do território se apoiava em vínculos pessoais, clientelares e regionais. Nesse sentido, o recrutamento militar no espaço platino constituiu um campo de negociação permanente entre autoridades estatais, elites locais e populações rurais, antecipando os dilemas que marcariam as intervenções armadas brasileiras na região ao longo do século XIX (Schmitt, 2021).

2.3 A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA BANDA ORIENTAL E A GUERRA DA CISPLATINA

Com a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, interessava a D. João a fundação de um grande império americano do qual também fizessem parte as colônias espanholas.³ Após o rechaço do Cabildo de Buenos Aires ao ultimato do ministro Rodrigo de Souza Coutinho, para que formassem “uma só nação”, Portugal preparava-se para a ocupação da Banda Oriental e da capital portenha, quando a mudança de curso da guerra na Europa retirou o respaldo inglês para a ação. A abdicação do rei espanhol Carlos IV e a prisão do herdeiro D. Fernando abriram a perspectiva da anexação através da coroação de Carlota Joaquina, esposa de D. João e filha mais velha de Carlos IV, como governante do Vice-Reino. Setores ligados ao comércio com Portugal e líderes como Manuel Belgrano e Juan Martin Pueyrredon intentaram proclamar Carlota regente ou até mesmo imperatriz da América (Bandeira, 2012).

Não convinha à Inglaterra, entretanto, o fortalecimento de Portugal no Rio da Prata, paralisando a questão através da atuação de lorde Strangford na Corte portuguesa.⁴ Em pouco tempo, porém, D. João foi levado a abandonar a política de neutralidade na região, com o recrudescimento da instabilidade na Banda Oriental

³Sobre a transferência da Corte para o Brasil, ver mais em: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

⁴O ministro britânico seria o mesmo responsável pelo firmamento dos tratados de 1810 que enquadravam o Brasil na supremacia comercial inglesa, com a entrada privilegiada de mercadorias a 15%, derrubando o decreto régio de abril de 1808 que protegia a nascente indústria local com uma tarifa de 24% sobre os produtos importados.

após a sublevação de José Artigas, que ameaçava alastrar-se até o Rio Grande de São Pedro (Bandeira, 2012).

O movimento de Artigas aspirava a criação de uma Liga Federal das províncias que se opunham ao projeto político e econômico de Buenos Aires, tendo como base social a população pobre do campo: peões, pequenos proprietários, indígenas guaranis e negros escravizados, grupos que reivindicavam maior acesso à terra e por isso davam ao movimento um caráter mais radical que a Revolução de Maio. Obstinado a cessar com a agitação política em suas fronteiras, D. João atende ao pedido do vice-rei Francisco Javier Elío, sitiado em Montevideú, enviando 4 mil homens sob comando do general D. Diogo de Souza para a cidade espanhola (Bandeira, 2012). A presença portuguesa força a assinatura de um acordo entre o vice-rei e os portenhos, em outubro de 1811. Buenos Aires retirava suas tropas da Banda Oriental, assim como o apoio ao movimento de Artigas, que parte para Entre Ríos, seguido por 4 mil homens que temiam as represálias da autoridade espanhola de Montevideú.

Em 1813, o governo de Buenos Aires convoca as províncias para uma Assembleia Geral Constituinte, com o objetivo de oficializar a independência e redigir uma Constituição para o novo Estado. Como representante dos orientais, Artigas reúne um congresso provincial para definir as instruções que seriam apresentadas ao projeto constituinte. A auto intitulada Província Oriental se uniria às Províncias Unidas do Rio da Prata através de um pacto confederal, que mantivesse sua autonomia e independência nas matérias de representação política, comércio e recrutamento militar. Seus delegados, entretanto, sequer são recebidos pela Assembleia devido ao tom de suas proposições (Ferreira, 2008). Neste ínterim, as forças de Buenos Aires lideradas por Alvear atacam Montevideú e derrotam o novo vice-rei Vigodet, ocupando a cidade em junho de 1814. Após um breve momento de conciliação, no qual Artigas é empossado comandante do interior, sua posição favorável ao federalismo e a percepção de que os portenhos eram uma força invasora, levam a outra ruptura com Buenos Aires, que decide por liquidá-lo definitivamente (Ferreira, 2008).

Com uma sequência de vitórias no campo de batalha, os homens de Artigas triunfam e ocupam Montevideú em janeiro de 1815, assumindo o controle total da província, que dará forma ao projeto federal ao lado de Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes e Córdoba (Ferreira, 2008). O governo de Artigas promove então uma

reforma agrária que expropria as grandes propriedades e rebanhos, distribuindo pequenas posses para os mais empobrecidos, afetados pela carestia de alimentos, causada por anos de conflitos que assolaram a produção e o comércio da província. Além disso, a promessa de liberdade aos negros que integrassem suas fileiras provocava apreensão entre os estancieiros do Rio Grande sobre uma intensificação da fuga de escravizados.

Desse modo, em 1816 D. João envia ao Prata 4.830 soldados da Divisão dos Voluntários Reais (Bandeira, 2012), comandados pelo general Carlos Frederico Lecor, futuro barão de Laguna, que adentra a cidade de Montevideu em janeiro de 1817, sem enfrentar maior resistência. A anuência de Buenos Aires para a operação enfraquece Artigas, que sobrevive de escaramuças contra o exército português e acumula perdas decisivas como a debandada de Rivera e Oribe. Sua derrota definitiva acontece em janeiro de 1820, quando as tropas comandadas pelo brigadeiro José de Abreu derrotam os últimos homens à disposição de Artigas, liderados na ocasião pelo oriental Andrés Felipe Latorre, no cruzamento do rio Tacuarembó. Refugiado em Entre Ríos, Artigas irá se desentender com seus aliados e finalmente refugiar-se no Paraguai, onde viveria até sua morte no ano de 1850 (Donato, 1987).

Os homens de posse orientais receberam com agrado a presença portuguesa, alarmados com as medidas radicais de Artigas, mas também a própria população que antes lhe dera respaldo já se demonstrava exaurida de um conflito que há tanto se prolongava, desestabilizando a oferta e os preços dos alimentos. Lecor, correspondendo às pretensões de conquista da Corte sobre a província, demonstrou grande articulação ao controlar o comportamento das tropas para com a população civil, aproximou-se de figuras importantes da sociedade que lhe garantissem sustentação política e organizou casamentos de militares portugueses com mulheres da cidade, ele próprio casando-se, em 1818, com a jovem oriental Rosa Maria Josefa Herrera de Basavilbaso (Ferreira, 2005).

Ainda que a ação portuguesa representasse um ato contrário à integridade das Províncias Unidas, cuja independência havia sido finalmente proclamada no Congresso de Tucumán, em 1816, setores influentes de Buenos Aires ligados ao comércio preferiam o controle português da Banda Oriental ao artiguista. Os mesmos grupos em Montevideu optavam pela estabilidade em lugar da desordem. Portugal aproveitava-se então das divisões internas abertas no processo de

independência para intervir na região em favor de seus próprios interesses (Bandeira, 2012), a saber, o acesso aos estoques orientais de gado, a segurança da fronteira do Rio Grande e uma passagem fluvial às regiões de Mato Grosso e Goiás.

Em agosto de 1820, eclode em Portugal a revolução liberal do Porto, provocando a reunião das Cortes e o retorno de D. João em abril de 1821. Antes de partir, o príncipe-regente reconhece a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, ordena a realização de um congresso em Montevideú, para que se definisse o futuro do território ocupado e nomeia seu filho, D. Pedro, como regente do Brasil.⁵ O Congresso Cisplatino acontece entre julho e agosto do mesmo ano, deliberando pela anexação do território como província de Portugal (Ferreira, 2005). Espanha e Inglaterra protestam contra a decisão, assim como Buenos Aires.

Em setembro de 1822 declara-se a independência do Brasil, e a Cisplatina se divide entre partidários de Portugal e do governo brasileiro. Meses antes, Lecor manifestava em ofício ao Rio de Janeiro sua lealdade a D. Pedro, que lhe decretara plena autoridade sobre a província (Ferreira, 2005). Assim, quando toma notícia de que a guarnição portuguesa havia se revoltado, elegendo como comandante o brigadeiro D. Álvaro da Costa, Lecor recua para o vilarejo de Canelones, a 40 km de Montevideú, de onde prepara o cerco contra a cidade (Rigola, 2023).

O recém nomeado Ministro da Marinha Imperial, Luís da Cunha Moreira, envia para a Cisplatina uma Divisão Naval com provisões para transportar 3 mil homens até Lisboa. Nesse meio tempo, porém, D. Álvaro havia estabelecido contato com Madeira de Melo, que atuava na resistência portuguesa na Bahia e lhe convencera a permanecer na luta contra os brasileiros (Rigola, 2023). Montevideú permaneceria cercada por terra e mar até outubro de 1823, quando D. Álvaro busca romper o bloqueio naval imposto pela esquadra brasileira, motivado pela declaração do cabildo que anulava o ato de incorporação de 1821 e colocava a cidade sob proteção de Buenos Aires, fruto da influência do ministro portenho D. Bernardino Rivadavia (Rigola, 2023).

⁵O Brasil havia sido elevado à condição de reino em dezembro de 1815, integrando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A permanência da Família Real no Rio de Janeiro, após a derrota de Napoleão e a libertação de Portugal, provocava grande insatisfação entre a elite lusitana que havia permanecido na Europa, sendo uma das reivindicações do movimento desencadeado em agosto de 1820 o retorno da Corte e a devolução do Brasil ao estatuto colonial. A nomeação de D. Pedro como regente, além de uma afronta aos revolucionários liberais do Porto, deveu-se, sobretudo, ao clima de agitação e a possibilidade iminente de separação do Brasil. D. João planejava evitar, desse modo, uma convulsão social semelhante àquela sofrida pelas ex-colônias espanholas, preservando a monarquia e o trono sob sua linhagem.

No dia 21 daquele mês, os quatro navios portugueses, portando 72 peças de artilharia, deixam o porto em direção aos sete navios brasileiros, que fazem valer a vantagem de suas 82 peças de artilharia, impondo a retirada aos remanescentes. Três dias depois, D. Álvaro capitula através de ofício enviado a Lecor, solicitando um acordo para a retirada pacífica das tropas. Entraves na negociação adiam a evacuação, que só acontece em março de 1824 (Rigola, 2023), tornando a cidade de Montevidéu o último foco da resistência portuguesa contra a independência do Brasil.⁶

A situação na província, todavia, era muito difícil para o recém formado governo brasileiro. A hostilidade contra a ocupação crescia entre a população, mesmo entre os comerciantes de Montevidéu, outrora aliados, que se ressentiam, nas palavras de Bandeira (2012), “com a montagem de uma estrutura neocolonial, transplantada do Brasil, em que os interesses de Londres e do Rio de Janeiro predominavam”. Os rebanhos de gado eram arrestados ao Rio Grande, e a indústria do charque e do couro se encontrava em ruínas.

Em 1824, eclode a revolução contra o governo de D. Pedro em Pernambuco, deflagrando a Confederação do Equador.⁷ No mesmo ano, o imperador outorgava a constituição redigida pelo Conselho de Estado, garantindo seu projeto centralizador após encerrar a Assembleia Constituinte em novembro de 1823 com o envio do Exército ao plenário.⁸ Externamente, a política do governo movia-se a partir das relações com a Europa e com a região do Prata. No primeiro caso, buscava o reconhecimento a qualquer custo, comprometendo-se com acordos que lhe custaram o desenvolvimento por ao menos duas décadas, como o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, de agosto de 1827, que favorecia a inundação do mercado interno pelas manufaturas inglesas (Cervo e Bueno, 2011). No segundo, se percebia que os interesses brasileiros ligados ao comércio, ao fornecimento de charque e ao controle das vias navegáveis da Bacia do Prata entravam em conflito com a pretensão de Buenos Aires em constituir uma nação nas dimensões do antigo

⁶Posterior ao conflito na Bahia, encerrado em julho de 1823.

⁷Sobre a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, ver mais em: SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824). In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 403-442.

⁸Sobre a crise política do Primeiro Reinado, ver mais em: RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**, v. 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 137-174.

Vice-Reino (Cervo e Bueno, 2011), razão pela qual D. Pedro se dispunha a sustentar o controle da província Cisplatina até as últimas consequências.

Buenos Aires, cuja economia florescia desde 1820 pela expansão da produção pecuária (Ferreira, 2009), instava a oposição ao domínio do Brasil, almejando para si a anexação da Banda Oriental. Os estancieiros portenhos patrocinam a expedição dos “33 orientais” que, liderados por Juan Antonio Lavalleja, desembarcam no vilarejo de Agraciada em abril de 1825, iniciando a revolta contra o governo brasileiro. Frutuoso Rivera, que havia deixado Artigas para servir a Lecor, se une aos rebeldes e leva consigo o apoio da população do campo, sobre a qual exercia grande influência (Ferreira, 2009). Rapidamente Lavalleja consegue formar um Exército “de 1.500 a 2.000 homens, em condições miserabilíssimas e sem disciplina, mas excelentes ginetes, acostumados a usar armas de fogo e familiarizados com o terreno” (Bandeira, 2012).

Em poucas semanas, as forças de Lavalleja avançam sobre Soriano e Canelones, a caminho de Montevideu, que um mês depois se encontrava sob cerco de Manuel Oribe (Garcia, 2012). Em agosto, quando Sacramento também é sitiada, se reúne o Congresso de La Florida, que anula a anexação ao Império do Brasil e aprova o retorno para as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Conforme relatou posteriormente o barão do Rio Branco (1845-1912) em suas *Efemérides*, no dia 24 de setembro de 1825, Rivera perseguiu 50 soldados brasileiros que guardavam a entrada do Rincón de las Gallinas, entre os rios Negro e Uruguai, apoderando-se de seis mil cavalos pertencentes ao general José de Abreu, o barão de Cerro Largo, quando foi informado sobre o avanço desordenado de uma coluna brasileira nas proximidades. Rivera comandava então 250 homens de cavalaria, que preparam a emboscada acima de um arroio. A coluna brasileira consistia no 24º e 25º regimentos de cavalaria de milícia (com 190 e 230 homens respectivamente, 420 no total), formados pelos guaranis das Missões, sob comando dos coronéis José Luís Mena Barreto e Jerônimo Gomes Jardim. Procurando se adiantar um em relação ao outro, puseram as tropas em marcha forçada, cansando os homens e os cavalos (Garcia, 2012). O 25º regimento é o primeiro a ser atacado, seguido pelo 24º, que vinha 3,3 km adiante. Sem oferecer resistência, a tropa brasileira bate em retirada, deixando no campo 120 mortos, dentre eles o coronel Mena Barreto (Garcia, 2012).

A notícia da derrota e da captura da cavahada repercutiu, instigando a partida de 1.150 homens de Montevideu, sob comando do coronel Bento Manuel Ribeiro, com vistas a unir forças com os 354 milicianos do coronel Bento Gonçalves da Silva. Juntos, seguiram ao encontro de Lavalleja, na cabeceira do arroio Sarandí. Na manhã do dia 12 de outubro, se defrontaram com 2.600 homens de cavalaria orientais, reforçados pela chegada de Rivera, além de alguns atiradores a pé e uma peça de artilharia (Garcia, 2012). No início do combate, Bento Manuel ordena a carga de cavalaria, que rompe o centro dos orientais, comandado por Manuel Oribe, mas é rechaçada pela esquerda e pela direita. Os dois coronéis brasileiros batem em retirada com 550 homens rumo a Santana do Livramento. Alencastro, responsável pelo triunfo no centro, capitula após três horas de combate, deixando cerca de 400 prisioneiros em posse dos orientais, número que sobe a 515 no dia seguinte - os mortos chegam perto de 200, enquanto os vencedores perdem apenas 35 homens (Garcia, 2012).

As duas derrotas em sequência obrigam José de Abreu a recuar para a fronteira do Rio Grande, deixando sob controle oriental todo o interior da província e reduzindo a presença brasileira às cidades sitiadas de Montevideu e Colônia do Sacramento. Os triunfos de Lavalleja entusiasmaram a população de Buenos Aires, que atacou o consulado brasileiro e pressionou o Congresso Nacional das Províncias Unidas a incorporar a Banda Oriental (Bandeira, 2012), decisão ratificada em 25 de outubro de 1825. As autoridades brasileiras ainda são informadas pelo ministro das Relações Exteriores de Buenos Aires, D. Manuel José García, de que a medida seria respaldada pela força (Ferreira, 2009). Bernardino Rivadavia, que seria eleito presidente no início de 1826, supunha que a guerra contra o Império do Brasil pudesse contribuir para reunir as províncias em torno de seu projeto unitário (Bandeira, 2012).

O governo de D. Pedro reage em 10 de dezembro com a declaração de guerra às Províncias Unidas, acusando os republicanos do Prata de haverem “infestado as fronteiras do Rio Grande”, espalhando “provocações sediciosas para estimular a rebelião dos povos das Missões”. O abandono da Espanha para com a Banda Oriental não havia deixado outra alternativa ao Brasil além da ocupação do território para “restituir a paz e a prosperidade” após a revolta de Artigas. Além do mais, Buenos Aires não cessou desde então de “semear a discórdia e criar ali um

partido de descontentamento contra a Corte do Rio de Janeiro”, obrigando o Brasil a “recorrer ao poder das armas, e repelir a força com a força” (Brasil, 1825).

Rivadavia buscou apoio de Simón Bolívar em favor da causa republicana no continente. Este, porém, não nutria qualquer hostilidade ao sistema monárquico, receando principalmente a repercussão no governo britânico de uma guerra contra o Brasil. O Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha, George Canning, agradecera a moderação de Bolívar, na medida em que a preservação do Império no Brasil contrastava com a crescente influência dos Estados Unidos na região (Bandeira, 2012).

Ainda que os americanos houvessem recusado intervir na guerra, após a solicitação das Províncias Unidas que invocava a Doutrina Monroe⁹, nutriam grande interesse sobre a cidade de Montevideú, considerada pelo presidente John Quincy Adams a chave para o comércio dos países banhados pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. O ministro de Washington no Rio de Janeiro, Condy Raguet, já havia proposto ao seu governo que não deixasse a Banda Oriental em poder do Brasil, assim como o ministro representante em Buenos Aires, John Murray Forbes, que manifestava declarada simpatia pela vitória das Províncias Unidas no conflito. Em 1824, um ano antes do início da guerra, os navios americanos que chegaram ao Prata ultrapassaram os britânicos em 45%, alcançando a proporção de 35 para 1 em 1827 (Bandeira, 2012). Essa proporção se deve ao fato de os Estados Unidos não terem reconhecido o bloqueio do Prata imposto pela Marinha Imperial, elevando a tensão nas relações com o Brasil. O comodoro James Biddle, da esquadra do Atlântico Sul, chegou a solicitar o emprego da força para fazer o Brasil pagar os prejuízos causados ao comércio americano (Bandeira, 2012).

A Grã-Bretanha, entretanto, sofria as maiores perdas. Seus valores nas Províncias Unidas irão despencar de 1.536.44 libras esterlinas em 1825, para apenas 492 mil dois anos depois. Além do mais, não apenas os almirantes de ambos os lados eram britânicos (Brown, das Províncias Unidas, e Norton, do Brasil), como a grande maioria dos marinheiros. Desse modo, era de interesse da

⁹A Doutrina Monroe foi como ficou conhecida a política exterior americana anunciada pelo presidente James Monroe, em dezembro de 1823, na sua mensagem ao Congresso. No contexto das independências do início do século XIX, os Estados Unidos manifestaram-se então contra a interferência europeia nos assuntos da América, esboçando a disputa pelo continente como sua zona de influência. É reconhecido o apoio americano ao movimento da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador no Brasil, patrocinando o envio de armas e outros itens aos separatistas republicanos, assim como a política de anexação do Texas e demais territórios de origem hispânica, baseada na crença expansionista do Destino Manifesto.

Grã-Bretanha o fim imediato das hostilidades, encarregando os ministros John Ponsonby, representante em Buenos Aires, e Robert Gordon, representante no Rio de Janeiro, para a condução das negociações de paz (Bandeira, 2012).

Após a derrota em Sarandí, as tropas brasileiras perderam o terreno e conservaram as cidades de Montevideú e Sacramento apenas pela superioridade naval sobre Buenos Aires. Os navios brasileiros, todavia, enfrentavam dificuldades de manobra próximo à costa, devido à pouca profundidade do estuário do Prata. Os navios das Províncias Unidas, por sua vez, eram embarcações mercantes adaptadas para a guerra, menores e inferiores em capacidade de tiro, mas ágeis para manobrar nas águas da região (Doratioto, 2014).

Em julho de 1826, as tropas das Províncias Unidas chegavam a Durazno, onde se encontram com 4 mil orientais à espera. Se passam dois meses até que Carlos Maria de Alvear assumia a organização do Exército, que conta então com cerca de 12 mil homens. Liderando a iniciativa, Alvear partiu ao encontro das forças brasileiras que haviam recuado ao Rio Grande, para afastar-se assim do litoral e do alcance dos navios (Barroso, 2019).

A inação do comando brasileiro forçara a viagem de D. Pedro ao fronte da guerra. Surpreendido, porém, pela notícia da morte da imperatriz, é obrigado a retornar ao Rio de Janeiro, deixando como chefe das operações o general Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, que reclamara ao governo o reforço de 15 mil homens e munições - disporia de menos de 7 mil, em más condições de organização. Logo partiu ao encontro do general alemão Brown, que trazia de Pelotas e Jaguarão forças adicionais (Barroso, 2019).

Barbacena e Brown unem suas tropas em 5 de fevereiro de 1827, junto ao arroio Lixiguana, afluente do rio Camaquã, frustrando os planos de Alvear e Lavalleja, que pretendiam interceptá-los em Bagé, de onde partem saqueando as casas pelo caminho rumo a São Gabriel. São alcançados pelos brasileiros, que se põem a segui-los, no dia 20 de fevereiro, na região do Passo do Rosário, próximo ao rio Santa Maria (Barroso, 2019). Apresentaram-se para o combate 9.803 argentinos e orientais, sendo 7.644 de cavalaria, 1.674 de infantaria e 485 de artilharia - em mãos de 18 peças. No lado brasileiro, dispunham-se 5.638 homens, 3.186 de cavalaria, 2.141 de infantaria e 240 de artilharia - em mãos de 12 peças. Mais 1.101 homens de cavalaria sob comando de Bento Manuel Ribeiro mantinham-se acampados no Passo de São Pedro, que não se reúne ao seu general, mesmo

informado por seu piquete avançado sobre os barulhos de fogo de artilharia na direção do Passo do Rosário (Garcia, 2012).

As forças de Lavalleja dispuseram-se em linha sobre a colina, com os flancos protegidos pela cavalaria. Descansados e bem posicionados defensivamente, recebem a carga de Barbacena, cujo Exército marchava forçadamente desde a madrugada (Garcia, 2012) e se dispõe em duas linhas para o ataque. Apesar do cansaço, a primeira linha tem sucesso ao romper o centro comandado por Oribe, que ordena a retaliação com a cavalaria e é duramente repellido pelos quadrados de baionetas da brigada de infantaria comandada por Leão Bandeira. O terreno pantanoso tira o ímpeto da carga argentina, que é atingida pelo fogo a queima-roupa da formação brasileira. A segunda linha, afastada da primeira e ainda saindo da formação de marcha, é atropelada pela cavalaria de Lavalleja, entrando em debandada e permitindo o avanço do oriental sobre a até então bem sucedida infantaria brasileira (Barroso, 2019).

Passadas seis horas de combate, Barbacena observa a situação desfavorável, com as divisões separadas em meio à cavalaria argentina e oriental, aproximando-se o fim das munições, já que o comboio da retaguarda havia sido saqueado, e ordena a retirada das tropas brasileiras do campo de batalha. O general Abreu, barão do Cerro Largo, é morto pelo fogo amigo da artilharia, que disparou indiscriminadamente contra a multidão. Segundo as *Efemérides* de Rio Branco, o Exército de Lavalleja acompanhou à distância o recuo brasileiro até o fim do dia, quando retornou ao Passo do Rosário para atravessar a fronteira em definitivo. No saldo do combate, deram-se 1.300 baixas no lado brasileiro, entre mortos, feridos, presos e foragidos, enquanto 542 baixas no lado argentino e oriental (Garcia, 2012).

O desfecho da batalha ocorrida nesse dia será fruto de diversas interpretações que irão do triunfo argentino ao empate. Fato é que não foi conclusiva a nenhuma das partes, incapazes de resolver a guerra pela supremacia das armas. A situação política manifestava-se na falta de recursos. D. Pedro e Rivadavia não reuniam as forças necessárias para sustentar o financiamento da guerra. O segundo, em situação mais complicada, enfrentava a secessão de Córdoba e outras províncias, que rechaçam a Constituição unitária aprovada em dezembro de 1826 (Bandeira, 2012).

Desintegrando-se internamente, o governo de Buenos Aires envia ao Rio de Janeiro o ministro Manuel José García, para negociar um acordo de paz a qualquer

custo, conforme as instruções do presidente Rivadavia. Ele assina, em 24 de maio de 1827, uma Convenção Preliminar de Paz que reconhecia a posse do Brasil sobre a província Cisplatina, além de permitir a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai (Bandeira, 2012). Esse acordo repercutiu como ultraje em Buenos Aires, provocando tamanha revolta que causa a renúncia de Rivadavia e a autodissolução do Congresso Nacional, fazendo desaparecer juridicamente a autoridade política das Províncias Unidas e restaurando a autonomia dos governadores regionais.

O federalista Manuel Dorrego assume o governo de Buenos Aires e envia outra vez representantes ao Rio de Janeiro: os ministros Juan Ramón Balcarce e Tomás Guido, que encontraram o governo de D. Pedro em piores condições, pressionado não apenas pela oposição, mas pela diplomacia britânica, a quem não agradava a manutenção da Cisplatina como território brasileiro (Bandeira, 2012). Sob mediação de lorde Ponsonby, Buenos Aires e o Império do Brasil assinam novo acordo, em 27 de agosto de 1828, que devolvia a região das Reduções ao governo brasileiro e reconhecia mutuamente a independência da Banda Oriental, elevando-a à condição de República do Uruguai e realizando o desejo britânico de pôr “um algodão entre dois cristais”, nas palavras de Ponsonby, preservando o equilíbrio de forças na região (Bandeira, 2012).¹⁰

O fim das hostilidades contra o Brasil faz eclodir a guerra civil nas Províncias Unidas. O general Juan Lavalle, aliado a Rivadavia e aos unitários, leva adiante um golpe de estado e executa Dorrego sumariamente, causando indignação entre os federalistas, que se levantam liderados pelo general Juan Manuel de Rosas e assumem o poder, elegendo-o governador e capitão-general da província de Buenos Aires (Bandeira, 2012). No Brasil, o endividamento da guerra e o conflito constante com o parlamento levam à abdicação de D. Pedro, em 7 de abril de 1831, quando suas tropas desertam para se somar aos protestos que tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro. Iria para Portugal tomar partido na guerra civil contra o irmão Miguel, onde faleceu no ano seguinte, após restaurar o trono da filha Maria II.

O período compreendido entre 1808 e 1831 marca a transição entre o passado colonial e a consolidação das instituições nacionais no Brasil (Ricupero, 2017). A política externa da regência inaugurada naquele ano seria caracterizada por uma reduzida capacidade de ação, confessada pelo Relatório da Secretaria dos

¹⁰O ministro britânico seria o mesmo a atuar em favor da criação do Reino da Bélgica, cumprindo os mesmos propósitos estratégicos, no ano de 1831.

Negócios Estrangeiros, apresentado na Assembleia Geral do Império de abril de 1833, onde o ministro Bento da Silva Lisboa disserta sobre o efeito paralisador da discórdia política interna e condena como “desastrosa” a guerra contra Buenos Aires (Doratioto, 2014).

A situação no Prata, entretanto, estaria longe de ser resolvida. Os saladeiros de Buenos Aires e do Rio Grande competiam pelo mercado de couro e charque, vendo os estoques de gado do Uruguai como uma peça fundamental nessa disputa. Muitos brasileiros instalados ali antes da guerra permaneceram após a independência, assim como o desejo portenho de reconstituir os limites do Vice-Reino do Rio da Prata (Ferreira, 2008). Seria questão de tempo até que os interesses antagônicos dos Estados em formação na região voltassem a se manifestar.

2.4 AS PRESSÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NO PRATA: A ASCENSÃO DE ROSAS, A REVOLTA FARROUPILHA E A GUERRA CIVIL NO URUGUAI

Em janeiro de 1831, dois anos após assumir o governo de Buenos Aires, Rosas firmou o pacto que criava a Confederação Argentina, assumindo a direção da política externa. A partir de 1835, eleito pela segunda vez na Junta dos Representantes, assumiu poderes extraordinários e levou adiante uma série de medidas para preservar a ordem pública e atender as reivindicações regionais, como a adoção da Lei das Aduanas, que restringia a importação de uma série de produtos estrangeiros (ponchos, feixes de algodão e lã, velas de sebo, pentes, pratos e outros itens fabricados internamente). Por outro lado, como líder dos saladeiristas de Buenos Aires, preservou o monopólio portenho sobre o comércio do Prata, assim como os unitários que lhe antecederam (Bandeira, 2012). Para sustentar o exclusivismo, era preciso controlar o porto de Montevideú, evitando sua integração com o Paraguai e as províncias do interior. Na prática, significava a nacionalização de todo o Prata e seus afluentes, colimando com a aspiração de Rosas em reconstituir o antigo Vice-Reino.

Essa política, entretanto, afetava diretamente os interesses do Brasil, já que o estuário do Paraguai era a única via de comunicação entre o Rio de Janeiro e a província de Mato Grosso. Além do mais, a secessão do Rio Grande em 1835 e a

proclamação da República do Piratini, no ano seguinte, punham em risco a integridade territorial brasileira, sobretudo com as estreitas relações dos chefes rebeldes com figuras proeminentes da política argentina e uruguaia (Messias, 2018). Sem acesso aos portos de Rio Grande e Porto Alegre, controlados pelas forças legalistas, os farroupilhas buscaram escoar a produção de couro e charque através do porto de Montevideu, onde passaram a obter os itens necessários ao sustento da guerra, como vestimentas, armas e munições. Em setembro de 1837, Piratini registrava “a entrada de 445 ponchos de pano, 368 jaquetas de pano, 273 calças de pano, 377 calças de brim, 310 camisas de riscado e morin e 582 ceroulas de algodão”, enviadas pela casa comercial uruguaia Victorica (Guazzelli, 2005).

Em 1840, um terço dos 80 mil habitantes do Uruguai eram brasileiros, concentrados ao norte do rio Negro e nos departamentos de fronteira, onde possuíam mais de 400 estâncias, que em muitos casos estendiam-se por ambos os lados (Ricupero, 2017).¹¹ As charqueadas riograndenses, situadas em Pelotas e Rio Grande, dependiam do atravessamento do gado oriental, que era buscado no país vizinho através de incursões privadas financiadas pelos estancieiros brasileiros. Estima-se que desde a ocupação portuguesa da antiga Banda Oriental, já haviam sido levados 24 milhões de animais ao Brasil através da fronteira, entre vacas, cavalos e mulas (Bandeira, 2012).

Por esta razão, Rosas evitara a aproximação com os farroupilhas, que enviaram emissários a Buenos Aires para tratar de uma união contra o Brasil. Não era de interesse do argentino cerrar fileiras com os principais concorrentes no mercado do charque, desejando antes ver a indústria riograndense aniquilada com a guerra. Bento Gonçalves buscou então o entendimento com Rivera e com o governador de Corrientes, Pedro Ferré, com quem assinou um tratado secreto em 1842. Em outubro do mesmo ano, reuniram-se no Congresso de Paysandu, que também contou com a presença de Juan Pablo Lopez, governador de Santa Fé, e José Maria, governador de Entre Ríos, para organizar a oposição ao governo de Rosas em Buenos Aires (Bandeira, 2012). Em 1835, o então presidente da província

¹¹O processo de abolição da escravidão no Uruguai, iniciado na década de 1830, foi fator de desentendimento entre os proprietários brasileiros e as autoridades uruguaias. Em 1842 foi decretada a liberdade de todo escravo que pisasse em solo uruguaio, intensificando as fugas através da fronteira e as incursões de captura, que provocaram inúmeras contestações diplomáticas ao governo do Rio de Janeiro. Sobre a escravidão nas relações internacionais do Prata, ver mais em: GRINBERG, Keila. Emancipación y guerra en el Río de la Plata, 1840-1865: hacia una historia social de las relaciones internacionales. **Historia Mexicana**, Ciudad de México, v. 69, n. 2, p. 693-742, out. 2019.

do Rio Grande já havia alertado, ao falar da existência de um “partido desorganizador”, sobre o desejo de Bento Gonçalves em constituir uma federação com o Uruguai (Guazzelli, 2005).

No país oriental, haviam se formado dois agrupamentos políticos após a independência: o Partido Colorado, liderado por Rivera, que encontrava respaldo na cidade de Montevideu, entre os setores urbanos, comerciantes e demais interessados na abertura comercial e na livre navegação, e o Partido Nacional, conhecido como Blanco, liderado por Manuel Oribe, respaldado pelos setores rurais e estancieiros. A aproximação de Oribe com Rosas e o federalismo argentino acentuou a polarização interna e levou Rivera a tomar o poder em 1838, apoiado pelos unitários argentinos, provocando o exílio de Oribe em Buenos Aires. Se produziu então uma complexa situação que vinculou a política uruguaia aos federais e unitários da Confederação Argentina, aos farroupilhas da província de São Pedro e aos interesses econômicos de França e Grã-Bretanha, que passaram a apoiar financeira e militarmente o governo de Rivera (Doratioto, 2014), dando um ultimato a Rosas sobre o término da guerra e a abertura do Prata à navegação internacional (Bandeira, 2012).

O cerco de Montevideu pelas forças de Oribe, em 1843, agravou a dimensão internacional da guerra. A política agressiva de Rosas, que buscava subordinar o Uruguai à órbita argentina, provocou a intervenção francesa e britânica visando a retomada do comércio na região. Mais importante, constituiu “o detonador de um choque que se conseguiu adiar por vários anos”, ao tocar em um ponto vulnerável da segurança brasileira, cujos novos objetivos após a perda da Cisplatina eram “assegurar a independência oriental (e paraguaia) e impedir a emergência, sob a liderança de Buenos Aires, de uma poderosa reunificação do Vice-Reino do Rio da Prata” (Ricupero, 2017).

Os relatórios apresentados pelo Ministério dos Negócios da Guerra ao longo da década de 1840 revelam um quadro de fragilidade estrutural do Exército brasileiro, resultado direto tanto das limitações herdadas do período regencial quanto da insuficiente consolidação institucional das forças terrestres do Império. No documento encaminhado ao Parlamento em 1844, o ministro da Guerra reconhecia que o Exército encontrava-se aquém das necessidades impostas pela extensão territorial do país e pelas exigências crescentes da defesa das fronteiras, em especial na região sul, onde a instabilidade política do Prata exigia atenção

constante. O efetivo disponível era considerado reduzido, mesmo em tempos de paz, e incapaz de sustentar operações prolongadas sem comprometer a guarnição de outras províncias (Brasil, 1844).

A escassez de oficiais qualificados figurava entre os problemas mais sensíveis, agravada pela coexistência de oficiais reformados por incapacidade para o serviço ativo e pela dificuldade em formar substitutos devidamente preparados. O Estado-Maior carecia de pessoal com experiência prática e formação técnica adequada, o que comprometia a disciplina, a hierarquia e a eficiência operacional das tropas. Essa situação era atribuída, em parte, às deficiências do sistema de ensino militar, que ainda não havia alcançado o grau de profissionalização necessário para atender às demandas do Exército permanente (Brasil, 1844).

A debilidade relativa do Exército condicionava as opções diplomáticas do Brasil, reforçando a preferência por soluções negociadas e alianças regionais, ao mesmo tempo em que tornava a preparação militar uma etapa indispensável para qualquer intervenção direta no Prata.

3 CONCLUSÃO

3. 1 A INTERVENÇÃO BRASILEIRA CONTRA ORIBE E ROSAS

A consolidação do poder de Rosas em Buenos Aires e o prolongamento da guerra civil uruguaia alteraram de forma decisiva o horizonte estratégico da política externa brasileira na Bacia do Prata ao longo da década de 1840. Se, durante o período regencial, a atuação do Brasil havia sido marcada pela contenção diplomática e pela limitação dos meios materiais, a partir da maior estabilidade política interna e da maior coesão do Estado imperial com a coroação de D. Pedro II, em julho de 1841, o governo do Rio de Janeiro passou a reavaliar sua posição frente aos conflitos regionais, especialmente diante da ameaça representada pela possível subordinação do Uruguai à órbita da Confederação Argentina.

Foi inaugurado então um período de ruptura em relação à fase anterior, onde se optou “por uma presença decisiva nos destinos do subsistema platino de relações internacionais, tendo em vista interesses econômicos, políticos e de segurança” (Cervo e Bueno, 2011, p. 76). As atenções das potências europeias e dos Estados Unidos se voltavam para a China, a Indochina e o Japão, aliviando a pressão sobre a América do Sul e permitindo uma ação com maior autonomia da diplomacia brasileira. O crescimento da influência do Partido Conservador, mais propenso à proteção da indústria nacional, estimulou a adoção da tarifa Alves Branco, em 1844, que impunha alíquotas mínimas de 30% sobre produtos importados, chegando em alguns casos a 60%, promovendo a arrecadação e fortalecendo os meios de atuação da burocracia do Estado. Como afirmou Paulino José Soares de Sousa, “presos por tratados, não nos podíamos mover” (Cervo e Bueno, 2011, p. 80).¹²

Acreditando que Oribe venceria a guerra civil no Uruguai, o Brasil aceita a proposta de aliança feita por Rosas através do ministro Tomás Guido, em janeiro de 1843. A condição seria definir as questões de limites, comércio e navegação, além de resguardar a independência uruguaia prevista na Convenção Preliminar de 1828. Evitando se comprometer em uma união nestes termos, Rosas não ratifica o acordo,

¹²Sobre a política conservadora no período, ver mais em: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

alegando que brasileiros e argentinos não poderiam dispor sobre a sorte do Uruguai sem a presença de Oribe (Bandeira, 2012). Os interesses antagônicos impediam a aproximação, e a partir de então as relações se deterioraram rapidamente. O ministro brasileiro em Montevideu ordena ao almirante Pedro Ferreira de Oliveira que rompa o bloqueio naval da Confederação Argentina contra o porto da cidade. Com os ânimos acirrados, o ministro brasileiro em Buenos Aires, Duarte da Ponte Ribeiro, é obrigado a pedir seus passaportes e retornar ao Rio de Janeiro (Bandeira, 2012).

A recusa de Rosas em assinar o tratado por ele mesmo proposto soou como alerta ao governo do Brasil, para quem as intenções argentinas sobre o Uruguai e o Paraguai passam a ficar evidentes. Uma possível anexação destes dois países colocaria sob controle exclusivo de Buenos Aires a navegação dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, bloqueando o acesso do Rio de Janeiro para a província de Mato Grosso. O Brasil se prepara então para o enfrentamento contra Rosas, buscando a pacificação do Rio Grande e enviando o encarregado de negócios José Antônio Pimenta Bueno para Assunção, onde ratifica o reconhecimento brasileiro da independência do Paraguai em 1844. Como o país não dispunha de serviço diplomático no exterior, os ministros do Brasil na Europa contribuem junto aos governos nacionais para que reconheçam o Estado paraguaio. Barão de Cairu, ministro dos Negócios Estrangeiros, apresenta à Assembleia Geral do início de 1846 o relatório anual da pasta, onde se diz que “a continuação da luta em que se acham empenhadas as Repúblicas do Rio da Prata tem dado lugar a incidentes que provocam várias discussões entre o governo imperial e a legação argentina nesta Corte” (Doratioto, 2014, p. 28).

Na Europa, França e Grã-Bretanha respondem negativamente ao apelo do enviado brasileiro, visconde de Abrantes, para uma intervenção conjunta no Prata, aceitando a posição de Rosas em Buenos Aires em nome da estabilidade que seu governo finalmente havia proporcionado ao país. Livre da pressão francesa e britânica, diria o ministro dos Negócios Estrangeiros em 1852, Paulino José Soares de Souza, que Rosas estaria livre para “vir sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despender somas enormes” (Doratioto, 2014, p. 29). A relação entre Brasil e Grã-Bretanha se agravava pela questão do tráfico de escravos, provocando choques dos comerciantes brasileiros com a Marinha inglesa. Por esta razão, se apressava o governo em resolver o assunto antes de agir no Prata. O ministro

reconhecia que até “Hércules cuidava de não ter de lutar com dois ao mesmo tempo!” (Ricupero, 2017, p. 188). Em carta ao ministro brasileiro em Londres, o futuro visconde do Uruguai justifica a necessidade de superar o litígio do tráfico com os ingleses, feito que seria realizado através da promulgação da lei Eusébio de Queirós, em setembro de 1850:

É porque eu via que as complicações acumuladas pelo espaço de sete anos quanto às nossas relações com os generais Rosas e Oribe estavam a fazer explosão, e o pobre Brasil, tendo em si tantos elementos de dissolução, talvez não pudesse resistir a uma guerra no Rio da Prata e à irritação e abalo que produzem as hostilidades dos cruzeiros ingleses (Ricupero, 2017, p. 189).

No Uruguai, Oribe, sob controle do interior do país, havia abolido a escravidão e proibido a transferência de gado ao território brasileiro, afetando fortemente a indústria de charque da província do Rio Grande. Os preços praticados por Buenos Aires chegavam a ser 50% inferiores aos riograndenses. Estes pediam a introdução de um imposto adicional de 25% sobre o produto estrangeiro. O Brasil, todavia, dependia da importação, já que a produção nacional abastecia apenas um terço da demanda interna, representada pelos 3,5 milhões de escravos que formavam metade da população do país.

A partir de 1848, bandos comandados pelo barão de Jacuí, o coronel Francisco Pedro de Abreu, começam a promover incursões em território uruguaio em busca de gado e escravos foragidos. Sentindo-se prejudicados por Oribe, os riograndenses pressionam pela guerra. O deputado provincial Rodrigues Chaves concluía seu discurso frente ao Parlamento alertando que “se não se sustentar os direitos dos riograndenses, eles o farão por si” (Bandeira, 2012, p. 131). Em seu relatório apresentado à Assembleia Geral no início de 1850, Paulino José Soares de Souza dá conta dos “vexames e violências exercidos no Estado Oriental nas pessoas e propriedades dos súditos Brasileiros estabelecidos além do Quarahim” (Brasil, 1850, p.V), contrariando, porém, a iniciativa particular de trespassar em armas a fronteira vizinha.

Na reunião do Conselho de Estado de 11 de julho de 1850, trazia o ministro Paulino José Soares de Sousa um ofício informando ao imperador D. Pedro II “que Oribe se recusa a aceder às reclamações do Governo Imperial relativas a vexames de que são vítimas os brasileiros residentes no território por ele ocupado militarmente” (Brasil, 1978, p. 110). Em agosto, o ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Sousa Melo, comunicava ao imperador que haviam sido infrutíferos até

então os esforços para um entendimento com a Confederação Argentina, acreditando que Rosas buscava “ocasião oportuna lançar mão do último recurso, o das armas, e esta ocasião parece próxima” (Brasil, 1978, p. 120), recomendando que o governo se preparasse para o embate militar que se desenhava. Nesse momento, o governo brasileiro já sustentava a resistência a Rosas através do apoio financeiro de Irineu Evangelista de Souza ao governo de Rivera em Montevideu, na política que viria a ser conhecida como “diplomacia dos patações”.¹³ Os empréstimos garantiam as armas, as munições e o soldo dos homens que defendiam a praça contra o cerco de Oribe, enquanto o Brasil ganhava tempo para os preparativos do enfrentamento direto com Rosas.

Diplomaticamente, o governo brasileiro tratava de isolar Rosas, firmando um tratado de aliança com o Paraguai, em dezembro de 1850, e enviando Duarte da Ponte Ribeiro em missão às repúblicas do Pacífico para esclarecer as intenções do país em relação ao líder argentino. No ano seguinte, o governador de Corrientes, Justo José Urquiza, rompia definitivamente com Rosas e firmava aliança com o Brasil, em decorrência da política econômica centralizadora de Buenos Aires. Federal de origem, Rosas agiu como unitário na prática, moldando o Estado argentino com base nos privilégios alfandegários da capital, colaborando no fim para sua própria derrocada (Bandeira, 2012).

O Brasil não tomaria a iniciativa do enfrentamento, evitando qualquer interpretação que desse margem à uma intervenção inglesa com base na Convenção Preliminar de 1828. Foi o exército de Urquiza que atravessou a campanha e sem maiores dificuldades rompeu o cerco de oito anos contra Montevideu. Oribe rendeu-se, seja pela chegada iminente das tropas brasileiras, que se encontravam em Cerrito, como pela erosão do regime de Rosas, que sem o apoio interno das províncias do interior perdia também a sustentação inglesa, a quem interessava a estabilidade política em primeiro lugar (Bandeira, 2012). O líder portenho recorreu ao terror político, perseguindo e executando seus adversários. Declarou guerra ao Brasil em agosto de 1851, recebendo as forças de Urquiza e do general Manuel Marques de Souza para o enfrentamento final em fevereiro de 1852, em Monte Caseros, nas proximidades de Buenos Aires. O Brasil havia firmado

¹³Sobre a atuação de Irineu Evangelista de Souza nos assuntos do Prata, ver mais em: MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. **Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao público**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1878.

aliança com Urquiza e o governo uruguaio, destacando sua Marinha e um regimento de cavalaria para a batalha (Doratioto, 2014).¹⁴

O exército de Rosas contava com 23 mil homens, enquanto as forças aliadas com pouco mais de 24 mil, divididos entre 18 mil argentinos, 4 mil brasileiros e 2 mil uruguaios. Em Colônia do Sacramento, na margem oriental do estuário, mais 16 mil brasileiros, sob comando do marechal Caxias, aguardavam em caso de necessidade de reforços (Garcia, 2012). Apesar da posição favorável sob a colina, protegida por parapeitos, fossos e paliçadas, as tropas de Buenos Aires ofereceram pouca resistência, de modo que às 11 horas da manhã se deram por vencidas, após atuação destacada do regimento brasileiro comandado por Manuel Osório, responsável por romper o centro da formação inimiga (Barroso, 2019). Com a derrota, Rosas fugiu para a Inglaterra, de quem havia pedido a intervenção contra o Brasil, que não aconteceu. Lá, viveria exilado até sua morte, no ano de 1877.

A vitória em Monte Caseros rompe, pela primeira vez, o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, alterando a correlação de forças em favor do Brasil, que consolidou um novo sistema de alianças envolvendo a própria Confederação Argentina e o novo governo uruguaio, com quem firmou tratados de limites, comércio e navegação. A situação desfavorável do país nos acordos com o Brasil irá prolongar a instabilidade interna. As contradições da região, ainda não resolvidas, ainda gerariam sucessivas guerras nas décadas seguintes (Bandeira, 2012).

¹⁴Sobre a participação brasileira na campanha militar contra Oribe e Rosas, ver mais em: TITARA, Ladislau dos Santos. **Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América**. Rio Grande do Sul: Typographia de B. Berlink, 1852.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. **Manifesto de 10 de dezembro de 1825**: justifica o procedimento da Corte do Brasil em relação ao Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata. Brasília: Câmara dos Deputados, 1825.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão de 1844**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1844.

BRASIL. Conselho de Estado. **Atas de 1850**. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado (1842-1850)*. Brasília: Senado Federal, 1978.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da oitava legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao sul do Brasil**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Bibliografia

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARBA, Fernando Enrique. **Frontera ganadera y guerra con el indio**. La Plata: Editorial de la Universidad de La Plata, 1997.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. 1. reimpr. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BENARD, Russel R.; SCHWARTZ, Stuart B. Por que a escravidão africana?: a transição da força de trabalho no Brasil, no México e na Carolina do Sul. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1993. p. 3-19.

BRIZUELA, Laura Emilse. **Repensando as invasões britânicas a Buenos Aires sob perspectiva da Economia Política Internacional**. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 42-54, dez. 2018.

CARITA, Rui. A Ilha da Madeira no contexto da Expansão Ibérica do século XV-XVI. In: GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (ed.). **A Gestão dos Recursos Florestais Portugueses na Construção Naval da Idade Moderna: História e Arqueologia**. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da U.N.L., p. 61-68, 2016.

CASTELAO, Ofelia Rey. Pessoas e bens em circulação (1492-1750). In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 101-145.

CEBALLOS, Rodrigo. Extralegalidade e autotransformação no porto: a presença portuguesa na Buenos Aires colonial (século XVII). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 1, n. 2, p. 300-317, jul./dez., 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da Unb, 2011.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 33, n. 131, p. 317-346, 1993.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Nación y Estado en Iberoamérica**: el lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: Funag, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRA, Fábio. A atuação do general Lecor na incorporação de Montevideu e sua campanha à monarquia portuguesa: as divergentes interpretações historiográficas no Brasil e no Uruguai. In: **2ª Jornada de História Regional Comparada**. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

FERREIRA, Fábio. A trajetória política de Artigas: da Revolução de Maio à Província Cisplatina. **Revista Tema Livre**, Ed. 08, 2008. Disponível em: <https://revistatemalivre.com/artigas08.html/>. Acesso em: 15/12/2025.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Conflitos no Rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**, v. 1: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

FERRO, Silvia Lilian. Aportes da História Ambiental à História Agrária da Bacia do Prata, primeira metade do século XIX: uma proposta pedagógico-didática. **Oficina do Historiador**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 1-17, dez. 2020.

FLANNERY, Kristie. A Era global das revoluções e seus descontentamentos (1760 a 1834). In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 279-317.

FRADKIN, Raúl. Guerras, ejércitos y milicias en la conformación de la sociedad bonaerense. In: FRADKIN, Raúl (ed.). **Historia de la provincia de Buenos Aires: de la conquista a la crisis de 1820**. Buenos Aires: Edhasa, 2012. p. 245-274.

FRADKIN, Raúl; SILVEIRA, Marco Antonio. As estruturas administrativas, jurídicas e legais no Atlântico ibérico. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 213-278.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge D. Rural History of the Río de la Plata, 1600-1850: Results of a Historiographical Renaissance. **Latin American Research Review**, v. 30, n. 3, p. 75-105, 1995.

GARCIA, Rodolfo (org.). **Obras do Barão do Rio Branco: VI — Efemérides brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GERHARDT, Marcos; ZARTH, Paulo Afonso. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (org.). **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: UFPEL, 2009. p. 249-295.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **A República Rio-Grandense e a praça de Montevidéu (1836-1842)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Relações de trabalho e caudilhismo: as bases socioeconômicas da Guerra Gaúcha (Espaço Platino, século XIX). **Anais do Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**, Porto Alegre, 2016.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 25-42.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MESSIAS, Talita Alves de. A Guerra Grande e a Província de São Pedro (1839-1852). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 154, p. 89-114, jul. 2018.

PEÑA, Milcíades. **Historia del pueblo argentino**. 2ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2012.

PEREIRA, Caio Mathias Vaz. Por um punhado de pesos ou de peças: fluxos globais de prata e de escravos no Atlântico Sul seiscentista. In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexander (orgs.). **História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 465-492.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RIGOLA, Vagner da Rosa. O último episódio: a independência do Brasil na Província Cisplatina. **Revista do Clube Naval**, v. 2, n. 406, p. 29–32, nov. 2023.

ROMANO, Rossana Barragán. A prata de Potosí e o mundo global das trocas (séculos XVI ao XVIII). In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander (orgs.). **História das mercadorias**: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX). São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. p. 419-464.

RUBIN, Isaac Ilich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A economia agropastoril missioneira. In: MAESTRI, Mário (Org.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: UPF Editora, 2009. p. 9-44.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. **Militarização da fronteira meridional**: as forças terrestres em Santa Catarina (de fins do século XVIII ao início do Segundo Reinado). 2021. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA JÚNIOR, W. L. A escravidão hispano-americana: uma perspectiva de longa duração. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 147-180.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

VIEIRA, Alberto. As Ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX. **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.1, n.1, p.1-20, 2007.

ZAGALSKI, Paula C. Trabalhadores indígenas mineiros no Cerro Rico de Potosí: seguindo os rastros de suas práticas laborais (séculos XVI e XVII). In: BELMONTE, Alexandre; HUNEFELDT, Christine (orgs.). **As minas e o cotidiano do mineral**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2018. p. 75-122.